

Memória coletiva e tempos de vida: sobre a intenção política da escrita da história em Walter Benjamin e Maurice Halbwachs

Collective memory and times of life: on the political intention of the writing of history in Walter Benjamin and Maurice Halbwachs

Solange Jobim e Souza

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO:

Refletir sobre os “tempos de vida” é como entrar em um labirinto de ideias, onde vários caminhos se cruzam. Entretanto, qual deles foi escolhido para conduzir esta escrita? Sob a análise da memória está uma definição de tempo e de história. Adotamos aqui uma escolha que segue os rastros de uma compreensão de memória, inicialmente em diálogo com os textos de Maurice Halbwachs, em seguida, com Walter Benjamin, além de outros pequenos desvios promissores que incluem o pensamento de outros autores que nos acompanham nesta análise, como por exemplo, Paul Ricoeur, Pierre Nora, Marcio Selligmann-Silva e Jeanne Marie Gagnebin. A proposta é o reconhecimento da memória e de seus duplos como desafio para a escrita da história, uma escrita cujo compromisso é a intenção política da rememoração.

Palavras-chave: memória; história; tempo; Walter Benjamin; Maurice Halbwachs

ABSTRACT:

Reflecting on “times of life” is like entering a maze of ideas where several paths cross over each other. However, which of these has been chosen to conduct this writing? Through the analysis of memory one can define time and history. We have chosen to follow the tracks of an understanding of memory, by means of dialog initially, with the texts of Maurice Halbwachs, and afterwards Walter Benjamin, besides small promising deviations that include the thinking of other authors such as Paul Ricoeur and Pierre Nora, Marcio Selligmann-Silva and Jeanne Marie Gagnebin. What we propose is to recognize memory and its duplicates as a challenge to write history, a writing whose commitment is the political intention of remembrance.

Key-words: memory; history; time; Walter Benjamin; Maurice Halbwachs

Torso. Somente quem soubesse considerar o próprio passado como fruto da coação e da necessidade seria capaz de fazê-lo, em cada presente, valioso ao máximo para si. Pois aquilo que alguém viveu é, no melhor dos casos, comparável à bela figura à qual, em transportes, foram quebrados todos os membros, e que agora nada mais oferece a não ser o bloco precioso a partir do qual ele tem de esculpir a imagem de seu futuro (Walter Benjamin, 41-42: 1987).

Escrever sobre o tema da memória a partir desta imagem evocada por Walter Benjamin é uma tentativa de delimitar o que este texto pretende abordar. A memória é

para este autor um ponto de partida para se construir outros sentidos para a temporalidade, problematizando a concepção linear e cronológica de um tempo enclausurado pela perspectiva do progresso. A imagem do futuro é esculpida no presente, informada pela experiência do passado. Walter Benjamin é o filósofo das tensões e o tempo da memória se oferece como lugar privilegiado para a conexão dialógica do presente com o passado, definindo as possibilidades concretas do futuro como um acontecimento histórico. Assim, a concepção de um tempo linear, em que a previsibilidade dos acontecimentos já está garantida antes mesmo da ação dos homens no mundo, é questionada em prol de uma concepção em que o sujeito, com base em suas ações, preconiza as possibilidades do porvir como um processo de realização. Nesta perspectiva, vale destacar que o futuro não é para Benjamin um tempo homogêneo e vazio, mas, ao contrário, é a porta estreita pela qual pode, a cada segundo, penetrar o Messias. Esta imagem alegórica serve para sinalizar que cada um de nós pode convocar para si a tarefa do Messias, ou seja, serve para lembrar que, ao agir na vida prática através de nossas escolhas, estamos também fazendo parte da construção da história coletiva.

No que se refere ao passado, Benjamin (2012), em seu texto “Sobre o conceito de história”, publicado em 1940, declara na sexta tese: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo” (p. 243). Gagnebin (2006), ao comentar esta passagem, afirma que as teses conferem uma recusa clara ao ideal da ciência histórica, que Benjamin qualifica pejorativamente de historicista e burguesa. Essa recusa se fundamenta em razões de ordem tanto epistemológica como ético-política. Retomaremos este tema ao longo deste ensaio.

Maurice Halbwachs (2006), sociólogo francês, cuja obra se destaca pela formulação do conceito de memória coletiva, se insere de um modo singular neste debate, retomando de modo peculiar questões que foram centrais no pensamento de Benjamin. Ambos reconhecem o lugar da memória como espaço potencial de atuação política, pois os conceitos que elaboraram são a base para uma teoria crítica da história. Promover o diálogo entre Benjamin e Halbwachs se impõe como um caminho promissor para se compreender o papel político da memória. Apresentaremos a seguir os argumentos de Halbwachs, tendo como base as antinomias propostas pelo autor para a compreensão do conceito de memória, analisando “a memória e seus duplos”. Em seguida, retomaremos o pensamento de Benjamin em diálogo com as formulações de

Halbwachs, mostrando a pertinência de uma política da memória cujo objetivo é propor as bases de uma teoria crítica da escrita da história que incorpore tanto a memória individual e coletiva como o registro dos estudos historiográficos¹.

A memória e seus duplos

Primeira duplicidade: Memória coletiva e memória pessoal

Quando falamos em memória observamos o quanto estamos acostumados a nos referir de imediato a uma experiência pessoal, a um mergulho dentro de nós mesmos para um novo encontro com histórias passadas, não apenas vividas, mas também imaginadas. Maurice Halbwachs (2006)² diz que a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos e grupos sociais que cruzamos ao longo da vida. Portanto, quando falamos em rememoração pessoal devemos levar em conta as múltiplas redes de solidariedade em que estamos envolvidos. A consciência não é solitária, jamais está encerrada em si mesma, pois quando buscamos lembrar acontecimentos marcantes de nossa própria vida somos arrastados em inúmeras direções, levados a conferir os contextos sociais em que os fatos de nossa vida ocorreram. A memória é uma experiência pessoal que permite situar a singularidade de uma vida no contexto da experiência histórica mais ampla. A memória faz com que a nossa história se comunique com as diversas outras histórias dos grupos sociais que frequentamos.

Cada história pessoal é uma pequena parte que integra e compõe a memória coletiva de uma época. Com base nesta compreensão de memória, podemos afirmar que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que, além disto, cada ponto de vista muda de acordo com o lugar que ocupamos no campo social e, também, segundo as relações que mantemos com outros ambientes (Halbwachs, 2006).

Ainda que a memória pessoal não se confunda com a dos outros, pois está sempre referida ao tempo e espaço que só à pessoa pertence, ela necessita das memórias dos outros. Um adulto, ao querer rememorar certos episódios da sua primeira infância, sentirá dificuldade em construir sua história baseando-se apenas na introspecção. Um argumento forte para refletirmos sobre tal evidência é quando, buscando relembrar episódios da nossa infância, nos damos conta de que precisamos nos apoiar em relatos de outras pessoas mais velhas para compor a nossa própria história.

Para sustentar este argumento, Maurice Halbwachs evoca o conceito de testemunho. Ele afirma que a exatidão de nossa recordação será maior quando recorrermos a testemunhos que reforçam ou enfraquecem o que sabemos de um acontecimento, porque mesmo tendo alguma informação sobre o acontecido, alguns aspectos nos escapam e permanecem obscuros para nós. O que ocorre é que quando compartilhamos com outras pessoas o relato de um acontecimento, conseguimos lembrar juntos, e os fatos do passado assumem uma importância maior e são rememorados com intensidade, pois não estamos mais sós quando buscamos representá-los para nós. Portanto, a memória é povoada pelas circunstâncias, pelas cenas do cotidiano, pelos objetos e pelas pessoas que viveram direta ou indiretamente uma história comum. A memória individual é sempre parte de uma memória coletiva mais ampla. Os nossos próximos nos ajudam a não perder o contato com a nossa memória pessoal, pois, sem ajuda dos outros, as lembranças podem permanecer inacessíveis, esquecidas. O que está em jogo é uma concepção de memória que inclui o esquecimento, revelando as dificuldades inerentes do relato autobiográfico. No campo da memória atua a seleção dos momentos do passado e não o seu arquivamento total. A memória só existe ao lado do esquecimento, cabendo a cada um de nós não negar os fatos do passado, mesmo os mais catastróficos. As memórias subterrâneas, aquelas que foram denegadas, aguardam o seu momento de ressurreição no grande tempo. Michael Pollack (1989), pesquisador reconhecido por seus estudos sobre os sobreviventes dos campos de concentração, afirma que o longo silêncio sobre o passado não conduz ao esquecimento, mas se revela como uma forma de resistência ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, este grupo social marcado por experiências traumatizantes transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes aos seus próximos, nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade, ou seja, o momento em que a versão da história dos vencidos possa ser apresentada e assimilada pela historiografia oficial.

Para Paul Ricoeur (2007), os nossos próximos seriam uma espécie de referência, um plano intermediário no qual se operam as trocas entre as memórias individuais e a memória dos grupos a que pertencemos. Os próximos são as pessoas que contam para nós suas histórias e para quem contamos as nossas histórias. Assim, a proximidade seria a réplica da amizade, da filia, um caminho intermediário entre o indivíduo solitário e o cidadão definido pela sua contribuição à vida social e à ação no mundo. Os próximos são todos aqueles que fazem a diferença para nós do ponto de vista da memória

compartilhada, desde relações de filiação e conjugalidade até relações sociais mais distantes, dispersas de acordo com formas múltiplas de pertencimento aos grupos sociais ao longo da vida. Os próximos são aqueles contemporâneos que envelhecem juntos, compartilham experiências geracionais que enriquecem os relatos de uma época, contribuindo para acrescentar um tom especial aos dois acontecimentos que limitam o tempo da vida humana, o nascimento e a morte. (Ricouer, 2007: 141-142). Os nossos próximos, além de serem testemunhas de uma época, são também os herdeiros de nossas memórias pessoais, salvando do esquecimento histórias de vida que merecem ser recontadas através das gerações, compondo o que Halbwachs apropriadamente denomina *memória coletiva* de uma época.

Segunda duplicidade: tempo de vida e tempo social

O tempo que passa e nos determina entre o nascimento e a morte faz da vida uma urgência que precisa ganhar forma e contorno na linguagem. Compreender o tempo de vida exige um olhar atento sobre a duplicidade desta experiência, que é simultaneamente interna, pessoal e subjetiva, mas também organizada por convenções e costumes em acordo com a vida social. Temos, por um lado, a singularidade da experiência temporal, mas, ao mesmo tempo, nos acostumamos ao ritmo do tempo que nos é imposto pela vida em sociedade. Entretanto, se nos propomos a compreender o “tempo”, a explicação que vamos construir não pode nos deixar fora da cena. Isto porque, neste caso, não podemos apenas definir o “tempo de vida” como algo abstrato, como um tempo homogêneo e vazio, marcado pelo pêndulo do relógio que organiza a vida social. Algumas vezes consideramos longo demais um tempo curto, ou um tempo relativamente longo, como curto demais. Ora desejamos que o tempo se acelere; ora desejamos que o tempo se arraste ou se imobilize. Ainda que estas experiências subjetivas façam parte da nossa rotina, somos obrigados a regular as nossas atividades segundo o andar dos ponteiros de um relógio, seguir um tempo que ignora as nossas preferências. O diálogo de Alice com o Chapeleiro, que nada tem de louco, nos oferece uma imagem pitoresca sobre a tensão entre o tempo como experiência subjetiva e o tempo como mercadoria, modo de produção da vida social.

- Aposto que você nunca falou com o Tempo.
- Não, realmente... respondeu Alice prudentemente.
- Tudo o que sei a respeito é que quando estudo música, minha professora me diz que é preciso marcar o tempo.
- Então está tudo explicado – disse o Chapeleiro.

- O tempo não gosta de ser marcado. Ele não é nenhuma mercadoria para que o marquem. Aborreceu-se com você. Se, ao contrário, você estivesse em boas relações com ele, faria com o relógio o que você quisesse. Por exemplo, digamos que fossem nove horas da manhã, justamente a hora em que você deve começar a fazer as suas lições: bastaria você cochichar uma palavra no ouvido do Tempo e, num instantinho, o ponteiro do relógio começaria a correr. “É meio dia – diria ele – hora do almoço”.
- Seria ótimo, é claro – disse Alice, com ar pensativo.
- Mas é que nesse caso... eu talvez não estivesse com fome.
- Talvez não no momento em que o ponteiro chegasse ao meio-dia. Mas você poderia fazê-lo ficar nessa hora o tempo que desejasse. (Lewis Carroll, 1982: 68)

Esta descrição lúdica, mas também lúcida, sobre o tempo, nos faz perceber que o mais complicado disso tudo é o fato de nos sentirmos eternamente forçados a considerar a vida e os acontecimentos que a preenchem sob o aspecto da medida. Por força de termos que medir o tempo para preenchê-lo de forma produtiva nos tornamos cada vez mais incapazes de viver o nosso tempo interior, de sermos sensíveis aos intervalos vazios.

Halbwachs faz a seguinte pergunta: se existe um tempo social cujas divisões se impõem às consciências individuais, qual a sua origem? Esta questão merece nossa atenção. Podemos pensar o nosso próprio corpo como mantendo ritmo e duração. A pulsação do coração é uma das experiências mais primitivas de ritmo e duração. Cada pessoa tem seu ritmo e sua própria duração e tal consciência penetra em nós de maneira singular. Os ciclos da natureza, a alternância entre o dia e a noite, os passos que marcam uma caminhada são vivências diretas da relação mais primitiva do nosso corpo no espaço e no tempo. Os homens concordam em medir o tempo através de certos movimentos regulares que existem na natureza, ou por instrumentos criados e regulados por nós, como os relógios. Isto porque os nossos estados de consciência, a regularidade de nossos ritmos pessoais não seriam adequados para criarmos pontos de referência coletivos que pudessem valer para todas as consciências. Em síntese, para estabelecermos as divisões de tempo, necessárias à vida social, temos que nos guiar pelas mudanças que ocorrem de forma regular nos corpos materiais e nos reportarmos sempre a esta regularidade. Esta escolha não é possível de ser realizada por uma pessoa isolada, dependemos do acordo com outras pessoas. A partir deste momento, feito o acordo social, as divisões convencionais do tempo se impõem a nós de fora, ainda que sua origem tenha sido nos pensamentos individuais. Nada nos impede de imaginar simultaneidades e durações regulares entremeadas em um ponto qualquer da linha temporal e abstrata. Assim se estabeleceram as divisões do tempo em anos, meses, dias, horas, segundos. As divisões do tempo simbolizam todas essas possibilidades. Com

base neste raciocínio, Halbwachs conclui que o tempo, concebido como algo que se estende ao conjunto dos seres, não passa de uma criação artificial, obtida por soma, combinação e multiplicação de dados tomados de empréstimo às durações individuais e somente a estas (Halbwachs, 2006: 119).

Ao conceber o tempo como abstrato, inventamos um tempo mecânico e homogêneo, capaz, sem dúvida alguma, de organizar o corpo social, mas que não dá conta de esclarecer o sentido de “tempo vivido” e, muito menos, de compreender e explicitar o trabalho da memória. O tempo vazio e homogêneo, pautado na regularidade e na repetição, é indiferente às singularidades da vida dos sujeitos e de seus grupos sociais. Romper com o tempo vazio e homogêneo é se deixar surpreender pela experiência do momento “pleno”, carregado de acontecimentos explosivos, ou mesmo subversivos, interferindo nos rumos da história. A questão apresentada por Halbwachs pode ser compreendida como uma crítica à imposição do tempo social como regra que limita a experiência da memória, dificultando o reconhecimento do relato pessoal como expressão da singularidade que compõe e potencializa a história coletiva.

Esta mesma preocupação epistemológica, mas também ética e política, pode ser encontrada na obra de Benjamin (2012), que, ao recusar o ideal da ciência histórica, afirma que a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo preenchido pelo “agora” (p. 249). Com esta afirmação Benjamin coloca em destaque o fato de que o trabalho da memória se dá sempre no presente, ou seja, para o autor a memória é uma releitura atual do passado que potencializa as possibilidades de intervir nos acontecimentos do futuro.

No cerne das questões apresentadas tanto por Benjamin como por Halbwachs, pode-se destacar a luta pela reabilitação das histórias de vida que foram silenciadas, identidades destroçadas e violentadas. No caso específico da *Shoah*, Marcio Selligmann-Silva (2003) revela que o genocídio dos judeus seria uma página da história que nunca deveria ser escrita, pois do cerne da empreitada nazista de aniquilação dos judeus fazia parte também o ato de apagar qualquer pista que pudesse oferecer provas para os assassinatos em massa. Neste contexto, o testemunho é a arma contra a denegação. Em Benjamin, o testemunho assume uma tarefa política crucial, ele encarna o ouvinte que consegue acolher a narração insuportável do outro e que aceita levar adiante suas palavras, porque sabe que somente a transmissão simbólica, assumida

apesar e por causa do sofrimento indizível dos sobreviventes, poderá evitar a repetição da barbárie.

Em síntese, tanto Benjamin como Halbwachs enfatizam a importância da escuta do homem comum, que, através de suas lembranças, traz uma contribuição fundamental para a desconstrução da versão oficial da história, relatada, com frequência, a partir do ponto de vista dos vencedores.

Terceira duplicidade: memória autobiográfica e memória histórica

Do período que se estende do nascimento à morte, compartilhamos com os nossos contemporâneos acontecimentos históricos que fazem parte do grande tempo de uma nação e do mundo mais amplamente. Mas em que medida a memória histórica se relaciona e se distingue da memória autobiográfica? Se, tomados pela curiosidade, iniciarmos uma pesquisa que passe em revista os diversos acontecimentos que se sucederam ao longo da nossa primeira infância, nos daremos conta de um contexto exterior cultural, político e econômico cuja existência era ignorada por nós até então. Ao concluirmos esta investigação, teremos conseguido situar a infância de cada um de nós na história de um tempo coletivo, um tempo histórico, que nos contém, mas que nos ultrapassa.

Entretanto, esta compreensão do lugar que ocupamos na história de uma época não enriquece necessariamente a memória particular de cada um de nós, naquilo que ela tem de pessoal. A memória autobiográfica não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Em contrapartida, a história pessoal pode enriquecer a história oficial, fornecer elementos que reconstituam e renovem o passado, abrindo o relato dos historiadores para desvios promissores. Ao lado de uma história escrita oficialmente, coexiste uma história viva, que se perpetua ou se renova no âmbito das narrativas pessoais. O grande desafio é transformar os nossos “tempos de vida” em experiências sensíveis que merecem ser contadas e recontadas através dos tempos, pois cada história singular é um ponto de vista dentro da história coletiva. Estas narrativas ampliam a história oficial ao permitir o reencontro do historiador com um grande número de acontecimentos que correm o risco de desaparecer quando deixam de ser compartilhados entre os grupos.

Levar em conta a relação inevitável entre “memória histórica” e “memória autobiográfica” é buscar compreender que a primeira, sendo especialmente do interesse

dos historiadores, tem como base a compilação dos fatos que ocuparam um lugar expressivo na memória de uma nação, enquanto que a segunda se configura como um ponto de vista que pode contribuir para abrir a história oficial, renovar as verdades estabelecidas e revigorar as possibilidades interpretativas de uma história universal.

O tempo linear ou tempo do progresso é o tempo que os historiadores concebem como o tempo da história oficial, que só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às explicações causais. O tempo da memória é inteiramente outro. A memória, de acordo com Pierre Nora (1993), é vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. Em contrapartida, a história é sempre a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais, uma representação do passado. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo com o passado que se dá no presente. A história pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória está enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto, na linguagem. Vale destacar que é essencialmente desta tensão entre a memória autobiográfica e a memória histórica que a compreensão crítica se faz presente e, deste modo, interpela as “verdades estabelecidas”, questionando o conservadorismo e incentivando a renovação dos rumos da história em outras novas possíveis interpretações.

Michael Pollack (1989) sustenta que essas memórias subterrâneas, que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira imperceptível, afloram em momentos de crise e a memória entra em disputa. As pesquisas realizadas por pesquisadores das ciências políticas e sociais têm como foco os conflitos e a competição entre memórias concorrentes. Uma vez rompido o silêncio, as memórias subterrâneas invadem o espaço público com reivindicações múltiplas e imprevisíveis, e novos relatos começam a fazer parte da disputa por um espaço na historiografia oficial.

A solução encontrada por Walter Benjamin para a superação da dicotomia entre memória autobiográfica e memória histórica está na escrita de um conjunto de textos em forma de fragmentos, que começaram a ser redigidos por volta de 1932. Inicialmente, estes textos receberam o título provisório de “Crônica berlinense”. Posteriormente, esta obra foi concluída e passou a ser intitulada “Infância em Berlim por volta de 1900”. Misto de crônica, ensaio autobiográfico e ficção, o texto é constituído por uma série de

fragmentos de memória que narram para o leitor a experiência de uma criança burguesa em Berlim, no início do século XX. Mais do que um texto autobiográfico, a escrita toma a forma de uma cartografia da infância e da cidade, em que o leitor é convidado a percorrer os labirintos da cidade e da memória. Não é por acaso que estes textos assumem na escrita a forma de fragmentos, colocando o leitor em sintonia com os movimentos do pensamento, que ensaia, através da recordação do passado, pôr ordem em acontecimentos que tinham outra ordem no momento em que foram vividos.

Pautado em uma concepção de memória que reconhece a transfiguração das imagens da infância pela rememoração, Benjamin inicia o primeiro fragmento de “Infância em Berlim por volta de 1900”, assim dizendo:

Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Neste caso o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfiladeiro. Esta arte aprendi tardiamente; ela tornou real o sonho cujos labirintos nos mata-borrões de meus cadernos foram os primeiros vestígios. (Benjamin, 1987: 73)

Neste fragmento, Benjamin explicita não apenas a forma mutante do passado, mas a necessária presença da intuição sensível para o encontro com o passado. Deixar-se perder nos labirintos da memória é um aprendizado necessário para se criar uma determinada disposição física e sensível para reconhecer, nos objetos vistos ou evocados, o ambiente favorável ao reaparecimento de uma lembrança.

A preocupação de Benjamin nestes escritos não é simplesmente narrar suas memórias pessoais, mas, ao fazê-lo, recuperar imagens de uma memória mais ampla, que ultrapassa a experiência individual para alcançar as marcas da experiência histórica por volta dos anos 1900. Se é comum admitir que a intenção de um relato autobiográfico é narrar uma vida singular, para Benjamin a pertinência de suas memórias estaria justamente no fato de que elas não dizem respeito exclusivamente a um “eu” particular. Através de um olhar assumidamente pessoal, Benjamin revela, na forma da escrita, a dimensão social e política da memória. Há na escrita desta obra um jogo de olhares em que o olhar da criança se entrecruza continuamente com o olhar do adulto. A criança que olha para as coisas do mundo pela primeira vez provoca no adulto um distanciamento reflexivo. No presente, a memória do passado é um vir-a-ser impregnado de outras estórias que aguardam pacientemente sua ressurreição no grande

tempo, pois nada do que alguma vez aconteceu pode ser dado por perdido para a história.

A exigência de memória, presença constante nos textos de Benjamin, diz respeito às dificuldades que pesam sobre a possibilidade da narração, da transmissão e do lembrar, ocasionado por fatores históricos que culminaram com a Primeira Grande Guerra Mundial, compreendida posteriormente como apenas o começo de um longo ciclo de atrocidades. No ensaio “Experiência e Pobreza”, publicado em 1933, Benjamin observara que os sobreviventes das trincheiras voltaram mudos porque aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras.

Na época, já se podia notar que os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário dez anos depois continham tudo menos experiências transmissíveis de boca em boca. Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmentidas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fôra à escola num bonde puxado por cavalos viu-se sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (Benjamin, 2012, p. 124).

Neste ensaio, Benjamin reúne reflexões sobre o desenvolvimento das forças produtivas e da técnica a serviço da organização capitalista da sociedade, mas também sobre a memória traumática; portanto, sobre a impossibilidade de assimilar o choque na linguagem cotidiana. O trauma impede ao sujeito o acesso ao simbólico, não há como expressar uma experiência que não encontra as palavras que façam justiça ao vivido.

Jean Marie Gagnebin (2006) observa que Primo Levi, em “Os afogados e os sobreviventes”, insiste em relatar a vontade nazista de destruir a possibilidade mesma da existência da história dos campos de extermínio. Estes deveriam se tornar duplamente inenarráveis: inenarráveis porque nada que pudesse lembrar sua existência subsistiria e porque, assim, a credibilidade dos sobreviventes seria nula. Não poderia restar nenhum rastro desses mortos, nem seus nomes, nem seus ossos. Ao pretender aniquilar um povo inteiro, o projeto implícito nas práticas de extermínio dos nazistas era também destruir toda uma face da história e da memória.

Na obra “É isto um homem?”, Primo Levi evoca um sonho que se repete. Neste pesadelo que assombra a noite dos prisioneiros do campo, ele sonha em voltar para casa, sentar-se com os seus e contar o horror já passado e ainda vivo em sua memória e notar, com desespero, que os entes queridos se levantam e se vão porque não querem escutar e

nem crer nessa narrativa. Esse pesadelo tornou-se cruelmente real logo após o final da guerra e permaneceu ao longo dos quarenta anos que se seguiram (Gagnebin, 2006).

Desde os meados do século XX, a contribuição de autores que foram tragados pelo nazismo, como foi o caso de Benjamin e Halbwachs, tem sido fundamental para o surgimento de uma nova ética e estética da historiografia. Conceitos iluministas que estavam na base da historiografia - como o de progresso e o de ascensão linear da história - começam a deixar de ter sentido. Em contrapartida, entra em cena o registro da memória calcada na experiência individual e da comunidade, além da valorização dos *lieux de memoire*, conceito desenvolvido pelos trabalhos de Halbwachs, Benjamin e Pierre Nora. Para estes autores, segundo Selligman-Silva (2003), “não existe uma História neutra; nela a memória, enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte os seus caminhos. A memória existe no plural, portanto, no campo social se dá constantemente o embate entre diferentes leituras do passado e as diferentes formas de “enquadrá-lo” (p.67).

À organização de elementos que representam um momento histórico foi denominada por Michael Pollack (1992) “enquadramento de memória”. Porém nenhum enquadramento é eterno, trata-se de uma representação que pode ser mudada. De tempos em tempos, um conjunto de fatos históricos é rediscutido e colocado à prova, podendo dar espaço para um novo conjunto de episódios que melhor definem o passado de um povo, ou seja, um novo enquadramento se impõe. Neste aspecto, a historiografia sobre Auschwitz tem nos mostrado a impossibilidade de segmentar radicalmente os campos da História e da memória (Selligmann-Silva, 2003).

Tanto para Benjamin como para Halbwachs, o preceito historicista da restituição e representação total do passado deve ser posto de lado. Nos escritos destes autores, o conceito de memória abandona o campo da *re-presentação* para assumir a *apresentação* enquanto construção a partir do presente. Halbwachs afirma ser a lembrança uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente. Benjamin, por sua vez, afirma que o historiador materialista, ou seja, anti-historicista, deve visar à construção de uma montagem, apoiando-se em fragmentos de um passado que só existe na sua configuração presente de destroço, conforme fica explícito na citação do fragmento “Torso”, na abertura deste texto. Concluindo, ambos defendem que o trabalho da história e da memória deve levar em conta a necessidade do confronto com o passado, ainda que esta seja uma tarefa árdua. A identidade de um povo ou de uma nação depende da realização deste esforço coletivo.

Benjamin e Halbwachs: memória pessoal, memória coletiva e escrita da história

Recordar algo vivido não basta, pois o acontecimento, enquanto permanece encerrado na esfera do vivido, é finito, limitado. Só quando o vivido elucidado, de algum modo, o que ocorreu antes e o que acontecerá depois, é que ele pode se tornar ilimitado, pois é nesta dimensão que o agir humano se faz presente nos destinos da história coletiva.

De acordo com os argumentos apresentados pelos autores citados, trata-se de contrapor ao instante vazio e quantificável a ideia de “tempo do agora”, que, preenchido pelas significações do passado, torna-se denso, visível, descontínuo por sua qualidade de interpolar passado e presente, criando um desvio no curso da história, provocando um salto para fora do tempo e da história. As metáforas de salto e desvio servem para exorcizar a história tanto do seu positivismo fatalista como da doutrina do progresso. O salto para “fora da história” permite a emancipação absoluta do presente, que, desamarrado da inexorável repetição historicista, coloca os homens na condição de liberdade para buscar um sentido totalmente novo para o futuro. Se a história é aberta, se o “novo” é possível, é porque o futuro não é conhecido antecipadamente. O futuro não é o resultado inevitável de uma evolução histórica dada, nem o prolongamento, sob a forma cada vez mais aperfeiçoada, do mesmo, do que já existe, das estruturas econômicas em vigor. O futuro decorre da própria natureza da política como atividade humana coletiva e plural.

Michael Pollack (1989) afirma que o problema que se coloca para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não dito” à contestação e à reivindicação; em contrapartida, o problema de toda memória oficial é o da credibilidade na sua organização e aceitação. Para Pollack, todo o trabalho de enquadramento de uma memória tem limites, pois não pode ser construída arbitrariamente. Com isto ele quer dizer que esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação e que a recusa em levar a sério o imperativo da justificação significa admitir o retorno de novas injustiças e violências. O que está em jogo na releitura da história a partir do ponto de vista dos vencidos não é alimentar um novo ciclo de vingança. Ao contrário, trata-se de moldar uma cultura moral e política que impeça que as atrocidades aconteçam novamente. Se tomarmos como exemplo o caso

brasileiro, constatamos que existem várias vozes de sobreviventes das graves violações de direitos humanos no período da ditadura militar que foram silenciadas e que somente agora, a partir dos trabalhos que foram realizados pela Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012, estão sendo oficialmente veiculadas pela imprensa e vindo ao conhecimento do grande público³. Com base nas reflexões aqui apresentadas, um novo enquadramento de memória está em curso, tornando possível a reescrita da história da sociedade brasileira após o golpe de 1964.

A despeito das tensões entre memória e historiografia oficial, assinaladas com rigor pelos nossos autores ao longo deste trabalho, finalizo este texto com uma citação de Yosef Yerushalmi, apresentada por Selligmann-Silva, que sintetiza de modo eloquente a difícil e necessária tarefa da escrita da história.

A historiografia – ou seja, a história como narração, disciplina ou gênero possuindo as suas regras, suas instituições e os seus procedimentos – não pode [...] substituir-se à memória coletiva nem criar uma tradição alternativa que possa ser partilhada. Mas a dignidade essencial da vocação histórica permanece, e o seu imperativo moral parece-me ter hoje em dia mais urgência do que nunca. No mundo que é o nosso não se trata mais de uma questão de decadência da memória coletiva e de declínio da consciência do passado, mas sim da violação brutal daquilo que a memória ainda pode conservar, da mentira deliberada pela deformação das fontes e dos arquivos, da invenção de passados recompostos e místicos a serviço de poderes tenebrosos. Contra esses militantes do esquecimento, traficantes de documentos, os assassinos da memória, contra os revisores das enciclopédias e os conspiradores do silêncio, contra aqueles que para retomar a imagem magnífica de Kundera, podem apagar um homem de uma fotografia para que não fique nada senão o seu chapéu, o historiador, apenas o historiador, animado pela paixão austera dos fatos, das provas, dos testemunhos, que são o alimento da sua profissão, pode velar e montar guarda (Yosef Yerushalmi, citado por Marcio Selligmann-Silva, 2003: p.62-64).

Espero que o leitor possa dar continuidade às reflexões aqui apresentadas. O futuro será o que dele fizermos hoje. As histórias de vida ampliam a história oficial ao permitir o encontro do historiador com acontecimentos que correm o risco de desaparecer. Escrever a “história a contrapelo”, com base nas memórias coletivas, eis a tarefa do historiador que visa a interromper o curso da história como repetição das injustiças sociais.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas Vol 1. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____ *Rua de mão única*. Obras Escolhidas Vol. 2, São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____ *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Carroll, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. São Paulo: Ática, 1980.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, 1993.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

_____ Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

SELLIGMANN-SILVA, Marcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: Selligmann-Silva, M. (Org.) *História, memória e literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

Solange Jobim e Souza.

Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UERJ. Pesquisadora do CNPq e da FAPERJ. Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade (GIPS), desde 1998, e do Núcleo Interdisciplinar de Memória, Subjetividade e Cultura (NIMESC/PUC-Rio), desde 2012.

E-mail: soljobim@puc-rio.br

¹ Walter Benjamin (1892-1940) e Maurice Halbwachs (1877-1945) viveram os tempos sombrios da ocupação nazista na Europa e tiveram um destino trágico. Benjamin se suicidou em 26 de setembro de 1940, na cidade de Port Bou, vítima da perseguição nazista, quando tentava fugir da França para Espanha. Maurice Halbwachs, preso pela Gestapo em 1944, é assassinado em março de 1945, no campo de

Buchenwald. As circunstâncias históricas em que produziram suas obras nos permitem evocar as afinidades teóricas e conceituais que existem entre eles, além de destacar a atualidade de suas reflexões para as questões ético-políticas da memória na contemporaneidade.

² Maurice Halbwachs (1877-1945) surpreende com suas últimas análises, realizadas pouco antes de sua deportação e assassinato pelos nazistas, que abrem caminho para o estudo sociológico da vida cotidiana. O livro *A memória coletiva*, publicado postumamente em 1950, vem fecundando nossas reflexões e gerando diálogos com outros autores com preocupações semelhantes no campo da história e da memória, especialmente no que diz respeito à dimensão política da produção subjetiva contemporânea.

³ Um exemplo de como a memória autobiográfica pode contribuir para abrir a história oficial e renovar as verdades estabelecidas são os trabalhos que vêm sendo realizados pela Comissão Nacional da Verdade, criada pela lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, para apurar graves violações de direitos humanos no Brasil, durante a vigência de regimes de exceção, especialmente após o golpe de 1964. <http://www.cnv.gov.br/>